



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-7103 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.011910/2019-31

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

**1.1** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia comum, para atender às necessidades de limpeza e higienização do Gabinete do Ministro do Ministério da Educação/MEC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Projeto Básico e Anexos.

**1.2** São partes integrantes deste instrumento:

**1.2.1** Encarte "A" - Planilha de Custos e Formação de Preços e modelo de proposta de preços;

**1.2.2** Encarte "B" - Modelo de ordem de serviço;

**1.2.3** Encarte "C" - Critérios para Sustentabilidade Ambiental;

**1.2.4** Encarte "D" - Declaração de Parentesco; e

**1.2.5** Encarte "E" - Análise de Risco.

### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**2.1** O Gabinete do Ministro, no desempenho de suas atribuições, realiza reuniões e solenidades, nas quais disponibiliza uma quantidade relevante de toalhas de mesa, guardanapos para a organização da logística desses eventos, bem como utiliza toalhas de rosto, para atender à demanda por esse item do Gabinete do Ministro da Educação. Para garantir a disponibilização adequada das referidas peças, faz-se necessária a contratação de serviço de lavanderia de forma a atender à demanda do MEC.

**2.2** Considerando que o Ministério da Educação não possui espaço físico, equipamentos e pessoal especializado para a execução dos serviços de lavanderia, a presente contratação se constitui na alternativa mais eficiente para o cumprimento das atribuições do Gabinete, que dependem, também, da disponibilização de materiais de serviços devidamente higienizados e condições adequadas de trabalho e de atendimento aos servidores e colaboradores.

**2.3** A estimativa dos quantitativos foi baseada na execução dos serviços, durante o Contrato nº 20/2018, cuja vigência de 12 (doze) meses expirará em 7/5/2019, conforme planilha do Encarte "A" deste Projeto.

### 3. DO FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.1** A Contratação que trata o objeto deste Projeto será realizada por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, com amparo legal no Inciso II, Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

### 4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

**4.1** Os serviços contratados incluem: coletar, lavar, passar e entregar os produtos observando as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE PEÇAS LAVADAS E PASSADAS	
			MENSAL	ATÉ DEZEMBRO DE 2019
1	Toalha para mesa, cor creme	Peças	38	304
2	Toalha para mesa, cor preta	Peças	17	136
3	Toalha para mesa, cor azul	Peças	1	8
4	Toalha para mesa	Peças	17	136
5	Toalha para rosto	Peças	6	48
6	Guardanapo	Peças	25	200
7	Saias de Mesa	Peças	62	496

**4.2** Os serviços serão solicitados via telefone ou e-mail, sem prejuízo da emissão de ordem de serviço, conforme modelo do Encarte “B”, por meio dos servidores formalmente designados.

**4.3** Eventuais solicitações de serviços, em decorrência de fatos extraordinários e/ou emergenciais, deverão ser atendidas pela empresa no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de emissão da ordem de serviço, sendo necessário observar o horário de entrega de acordo com o subitem 5.1 deste Projeto Básico.

**4.4** Em nenhuma hipótese será admitida recusa do cumprimento constante do subitem anterior por parte da empresa.

**4.5** Os serviços de lavar, secar e passar deverão ser executados nas instalações da empresa contratada, com alto padrão de qualidade, e os produtos utilizados na execução do serviço deverão estar de acordo com as especificações das peças coletadas, evitando-se desgastes excessivos.

## **5. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**5.1** Trata-se de serviço comum, não continuado a ser contratado mediante dispensa de licitação.

**5.2** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**5.3** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**6.1** Será selecionada empresa pelo critério de menor preço, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

**6.2** O preço deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, (taxas, impostos, fretes, etc.), para a execução dos serviços.

**6.3** As empresas deverão apresentar Planilha Descritiva de Custos e Formação de preços, devidamente preenchida, conforme modelo Encarte “A”.

**6.4** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** Os serviços do objeto deste Projeto Básico são de características de SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS, por ter escopo e obtenção de serviços específicos e um período pré-determinado.

**7.2** Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

**7.3** Para a execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico, a Contratada deverá obedecer, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SLTI/MP, especialmente aqueles descritos nos incisos VIII e IX do Artigo 4º e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, declarando conforme Encarte “C” - Critérios para Sustentabilidade Ambiental.

**7.4** Declaração de parentesco, conforme encarte “D”, em consonância com a Súmula Vinculante nº 13 do STF.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1** As peças serão recolhidas e entregues 2 (duas) vezes por semana, às terças-feiras e sextas-feiras, no período matutino, no seguinte local:

**8.1.1** Coleta e entrega:

- Gabinete do Ministro/GM: Ministério da Educação, Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 8º andar, Sala 837, do Edifício-Sede.

**8.2** A entrega das peças deverá ocorrer observando-se a mesma rotina de coleta e em até 2 (dois) dias úteis, contados da data da emissão da ordem de serviço.

**8.3** A critério da Contratante poderão ser alterados os dias da semana para entrega e coleta dos materiais, mediante prévio acordo com a Contratada.

**8.4** O não cumprimento dos prazos supramencionados poderá acarretar as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

## **9. DA COLETA E ENTREGA DO MATERIAL**

**9.1** A contratada deverá recolher as peças no Gabinete do Ministro, no prazo de 1 (um) dia útil, por meio de funcionário da empresa devidamente identificado e uniformizado e o preenchimento de Ordem, observadas as disposições constantes neste Projeto Básico.

**9.2** A CONTRATADA, ao recolher as peças no Gabinete do Ministro, deixará um comprovante de recebimento, especificando o material e a data de retirada e de entrega.

**9.3** As peças deverão ser lavadas, passadas e embaladas pela empresa de forma que o transporte não altere as suas características e a qualidade do serviço.

**9.4** Os empregados da CONTRATADA deverão fazer a coleta e a entrega do material, devidamente identificados, e realizar a vistoria do material na presença do servidor designado para a fiscalização do contrato ou substituto, indicando os defeitos, quando existirem.

**9.5** As peças deverão ser devolvidas em sacos plásticos transparentes, separadamente, permitindo-se a visualização imediata.

**9.6** Para a higienização dos itens deverá ser utilizado o método mais correto e seguro para que se evite danos às peças.

**9.7** No recebimento e aceitação do objeto deste Projeto Básico serão consideradas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993.

## **10. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**10.1** O recebimento dos serviços deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso I e seus parágrafos, da Lei nº. 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **2 (dois) dias úteis** da comunicação escrita do contratado,, observado o disposto nos artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993;

definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei, autorizando emissão da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação, observados os artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993.

**10.2** Em caso de não conformidade, lavrar-se-á ofício de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o serviço deste Projeto Básico, poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser refeito no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação, às suas custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**10.3** À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**10.4** Sendo que os custos da correção dos serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

**10.5** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização das peças supracitadas no item 4.1.

## **11. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS E MATERIAIS FORNECIDOS**

**11.1** A garantia dos serviços executados e materiais fornecidos consiste no cumprimento, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1** Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais vigentes, verificando o correto desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada, observando os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados.

**12.2** Observar todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do MEC, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.

**12.3** Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços.

**12.4** Substituir peça eventualmente danificada durante a execução dos serviços por outra com qualidade igual ou superior, ou recuperá-la, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da constatação e notificação do dano causado, sem ônus para o CONTRATANTE.

**12.5** Cumprir os prazos estipulados neste Projeto Básico.

**12.6** Efetuar a vistoria nos materiais quando da entrega ao Gabinete do Ministro, juntamente com um servidor designado pela Contratante, indicando possíveis defeitos, quando existirem.

**12.7** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

**12.8** Apresentar empregados devidamente uniformizados e identificados.

**12.9** Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios.

**12.10** Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas necessárias para a contratação.

**12.11** Designar preposto, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente, sempre que necessário.

**12.11.1** A CONTRATADA deverá informar à fiscalização os principais meios de contatar seus funcionários e representantes, tais como números de telefones fixos e celulares, mantendo tais informações constantemente atualizadas;

**12.12** Prestar os serviços de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

**12.13** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria.

**12.14** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica no que tange a acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorrido nas dependências do MEC;

**12.15** Responsabilizar-se pelos serviços objeto deste Projeto Básico, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades vierem a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o MEC fiscalizar e acompanhar todo o procedimento;

**12.16** Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados ao MEC ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços.

**12.17** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Projeto Básico.

**12.17.1** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, nem poderá onerar o objeto deste Projeto Básico, razão pela qual a empresa contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o MEC.

**12.18** Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

**12.18.1** É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico;

**12.18.2** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

**12.18.3** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência do Contrato, observado o disposto na Lei do Nepotismo (Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010);

**12.18.4** É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca deste Projeto Básico, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.1** Exercer a fiscalização da execução do objeto deste Projeto Básico por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

**13.2** Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e informações necessárias para a observância dos serviços contratados, normas e condições contratuais.

**13.3** Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Projeto Básico.

**13.4** Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais e orientações em todos os casos omissos.

**13.5** Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da Contratada cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes e/ou insatisfatórios.

**13.6** Fiscalizar a execução dos serviços contratados, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los quando não atenderem as disposições contratuais.

**13.7** Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.

**13.8** Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do Contrato, fixando prazo para correção.

**13.9** Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Projeto Básico.

**13.10** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

#### **14. DA FISCALIZAÇÃO**

**14.1** A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67, art. 73, ambos da Lei nº 8.666/1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271/1997, será acompanhada e fiscalizada por servidor, especificamente designado por portaria do Subsecretário de Assuntos Administrativos, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

**14.2** Para o acompanhamento e fiscalização do contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN SLTI/MPOG nº 05/2017.

**14.3** Caberá ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições, determinar as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando-as estas ao seu superior hierárquico.

**14.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao gestor do contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas necessárias.

**14.5** O Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para o MEC, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas no Projeto Básico e seus encartes, na proposta e no Contrato.

**14.6** A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços.

**14.7** À CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização da execução contratual, diretamente e sem restrições a essa responsabilidade.

#### **15. DO CUSTO ESTIMADO PARA OS SERVIÇOS**

**15.1** A estimativa de preço dos serviços será efetuada por pesquisa realizada pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos da CGLC/SAA/MEC.

#### **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1** Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a licitante vencedora que:

- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- comportar-se de modo inidôneo;

- fizer declaração falsa;
- cometer fraude fiscal; ou
- incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Contratante, inexecução total ou parcial da obrigação, sem prejuízo de demais sanções legais cabíveis, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

#### **16.1.1 Advertência;**

#### **16.1.2 Multa de:**

- 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia sobre o valor da ORDEM DE SERVIÇO, em caso de atraso NO INÍCIO OU NA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia sobre o valor da ORDEM DE SERVIÇO, em caso de atraso NO INÍCIO OU NA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- 5% (cinco por cento) sobre o valor da ORDEM DE SERVIÇO, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

**16.2** As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**16.3** No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

**16.4** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**16.5** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **17. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**17.1** O serviço objeto do presente Projeto Básico será formalizado mediante Contrato, conforme o artigo 64 da Lei nº 8.666/1993.

**17.2** O contrato a ser firmado terá vigência até **31/12/2019**.

## **18. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**18.1** A CONTRATADA deverá prestar garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados a partir da assinatura do Contrato, no valor que será declarado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL), após realização de pesquisa de preço, o que corresponderá a 3% (três por cento) do valor global do contrato, dentre uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

**18.2** A garantia de que trata este item, deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

**18.3** A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

**18.4** A autorização contida no item anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

**18.5** A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE.

**18.6** A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**18.7** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 15.3.

**18.8** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na **Caixa Econômica Federal**, em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.

**18.9** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**18.10** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**18.11** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**18.12** A garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança, ou a autorização para o levantamento da importância depositada em dinheiro a título de garantia, acompanhada da declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o Ministério da Educação não comunique a ocorrência de sinistros.

**18.13** A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

## **19. DO REAJUSTE**

**19.1** Os valores descritos neste Projeto Básico serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do Contrato.

## **20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**20.1** O pagamento dos serviços será efetuado, mensalmente, por emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil, ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal / Fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal designado, comprovantes de recebimentos de encargos sociais e, quando for o caso, de multas aplicadas.

**20.1.1** As Notas Fiscais devem ser eletrônicas (NF-e) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009.

**19.1.2** Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

**20.1.3** Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES, deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

**20.1.4** Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do CONTRATANTE, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**20.2** A Nota Fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.

**20.3** Havendo atraso de pagamento, provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**20.4** Estarão sujeitos à retenção na fonte, quando couber, os seguintes tributos:

**20.4.1** Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

**20.4.2** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e demais legislação vigente.

**20.5** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**20.6** A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

**20.6.1** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**20.6.2** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**20.7** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

**20.8** Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA junto ao Sistema unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta on-line, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

**20.9** Constatando-se, no SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

**20.10** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**20.11** Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**20.12** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação no SICAF.

**20.13** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

## **21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**21.1** Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, subelemento 78, que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2019.

## **22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**22.1** Os serviços e materiais utilizados na execução do objeto deste Projeto Básico deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental descritos nos incisos do artigo 6º, exceto o VI, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, instituída pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber e no Decreto nº 7.746 de 05/06/2012.

**22.1.1** Neste sentido são pertinentes e obrigatórios a utilização de produtos biodegradáveis; fazer uso de produtos certificados pelo INMETRO como mais sustentáveis; fazer uso sempre que possível de produtos recicláveis.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1** Todas as etapas dos serviços não descritas neste Projeto Básico, mas necessárias à execução total dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

**23.2** Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico **dicorp@mec.gov.br**, subsidiadas pela área técnica.



Documento assinado eletronicamente por **Emilson Cruz, Coordenador(a) Geral**, em 22/05/2019, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1561976** e o código CRC **3444A5BC**.

## ENCARTE "A"

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS / Modelo de proposta de preços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE PEÇAS LAVADAS E PASSADAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			MENSAL	ATÉ DEZ 2019		
1	Toalha para mesa, cor creme	Peças	38	304		
2	Toalha para mesa, cor preta	Peças	17	136		
3	Toalha para mesa, cor azul	Peças	1	8		
4	Toalha para mesa	Peças	17	136		
5	Toalha para rosto	Peças	6	48		
6	Guardanapo	Peças	25	200		
7	Saias de Mesa	Peças	62	496		
VALOR TOTAL						

1) Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto.

2) Não podem estar inclusos ao preço valores exclusivos para pagamento de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), conforme súmula 254/2010 do TCU.

3) Os preços ofertados devem ter inclusos os impostos, taxas, fretes, lucro, contribuições e qualquer outra despesa decorrente da execução do objeto, não podendo assim haver qualquer outro tipo de cobrança além das acima indicadas objetivando a execução do objeto.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

CARIMBO, ASSINATURA E TIMBRE DA EMPRESA

## ENCARTE "B"

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO Nº \_\_\_\_\_/2019

ORDEM DE SERVIÇO Nº _____/201		CONTRATO Nº _____	
Empresa			
Endereço			
CNPJ		Telefone/Fax	
Serviço a ser executado			

--	--	--	--	--	--

Autorizamos V.Sa. a fornecer os produtos/serviços abaixo discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes no Projeto Básico.

I – DO OBJETO				
1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de lavanderia, em roupas de serviços comuns, para atender às necessidades do Ministério da Educação.				
1.2 Quantitativos				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total

II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

As demandas contratadas ocorrerão durante a execução contratual.

\_\_\_\_\_  
MEC (Carimbar)

Local: \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
EMPRESA CONTRATADA

	Avaliação dos serviços prestados:
Recebi o original.	Nota: _____ Justificativa _____

Empresa:	Ponderações Pertinentes: _____
Responsável:	_____
CPF:	_____
Favor carimbar	Assinatura Avaliador MEC
	Nome e Siape

## ENCARTE “C”

### DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DO MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**1 –** Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

*“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#))*

Lei nº 8.666/93:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).” (Grifamos)*

Lei nº 12.187/2009:

*“Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:*

*XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;”*

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

*“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:*

*I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*

*II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;*

*III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;*

*IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos)*

*V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos)*

*VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;*

*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e (Grifamos)*

*VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.*

**2 – A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste encarte, documento este, integrante da proposta no presente PROJETO BÁSICO.**

**2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.**

**2.2 - Segue abaixo algumas ações, para onde couber, sejam adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:**

**a) A otimização de recursos materiais;**

**b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;**

**c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;**

**d) Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.**

**e) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.**

**f) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;**

#### **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**

**Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:**

**I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;**

**II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;**

**III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;**

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

DISPENSA Nº \_\_\_\_/2019

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ FONE/FAX: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Dispensa de Licitação nº \_\_\_\_/2019, instaurado pelo Processo de nº \_\_\_\_\_. \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

## ENCARTE “D”

### DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

É cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula Vinculante nº 13 - STF)

☐ NÃO ☐ SIM

Em caso de positivo, apontar:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Relação de parentesco: \_\_\_\_\_

Nome e assinatura

Parentes até terceiro grau: - em linha reta: pais, avós, bisavós, filhos (as), netos (as) e bisnetos (as); - em linha colateral: irmão (ã), tio (a) e sobrinho (a); - por afinidade: genro, nora, sogro (a), enteado (a), madrasta, padrasto, cunhado (a).

## ENCARTE “E”

### ANÁLISE DE RISCO

**DESCRIÇÃO DA DEMANDA:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia comum, para atender às necessidades de limpeza e higienização do Gabinete do Ministério da Educação/MEC.

**FASE DE ANÁLISE: GESTÃO DO CONTRATO**

RISCO 01			
Descumprimento, por parte da contratada, de obrigações pactuadas:			
PROBABILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
IMPACTO	<input checked="" type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
Previsão no Projeto Básico e no contrato das sanções a que a empresa estará sujeita por descumprimento dos termos contratuais	CGRL/CGLC
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Aplicar as sanções previstas no contrato.	Gestor/CGLC

RISCO 02			
Inexecução parcial ou total do contrato:			
PROBABILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
IMPACTO	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input checked="" type="checkbox"/> ALTA

ACÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
Acompanhamento efetivo da fase de gestão contratual, atuando de forma proativa a fim de identificar a impossibilidade da empresa em executar o contrato.	Gestor/Fiscal
ACÇÕES DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Aplicar as sanções previstas no contrato e no instrumento convocatório.	Gestor/CGLC